

## ARTIGO

# ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA: AS CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA<sup>1</sup>

## ARCHEOLOGY OF REPRESSION AND RESISTANCE: THE CONTRIBUTIONS FROM SCIENCE IN TRANSITIONAL JUSTICE AND ON THE DEMOCRATIC SOCIETY

RITA JULIANA SOARES POLONI\*

---

### RESUMO

O presente trabalho se insere no campo de estudos da arqueologia da repressão e da resistência, buscando esclarecer suas origens e áreas de atuação, relacionando suas discussões com a história do presente e a antropologia da ciência e ressaltando alguns aspectos do campo na América Latina, em Portugal e no Brasil. Buscará, assim, contribuir para a discussão do tema da violência institucional, da justiça de transição e das contribuições que as ciências sociais e humanas podem dar para a consolidação das sociedades democráticas latino-americanas e para a revisão crítica de sua história recente.

**PALAVRAS-CHAVE:** arqueologia da repressão, justiça de transição, exumação de corpos, desaparecidos políticos, ditaduras

### ABSTRACT

The present work aims to contribute to the field of Archeology of Repression and Resistance, seeking to clarify their origins and areas, relating his discussions with the history of the present and the anthropology of science and highlighting some aspects of the field in Latin America, Portugal and Brazil. In this sense, this work aims to contribute to the discussion of the theme of institutional violence, transitional justice and the possible contributions that social and human sciences can make to the consolidation of Latin American democratic societies and the critical review of its recent history.

---

**KEYWORDS:** archeology of repression, transitional justice, exhuming bodies, political disappearances, dictatorships

---

## Introdução

O legado de violência deixado pelos diversos governos ditatoriais é ainda uma grande ferida em processo de cicatrização nas novas sociedades democráticas latino-americanas. O fato das ditaduras serem experiências recentes nessas sociedades permite a dolorosa convivência entre algozes e vítimas nos corredores das delegacias, Universidades, fábricas, edifícios públicos e ruas de cada um dos países que vivenciaram tais regimes. A existência de mortos e desaparecidos políticos acrescenta mais um capítulo doloroso a uma história que necessita ser recontada, para dar aos familiares e a toda a sociedade não só a oportunidade de vivenciar o seu luto, mas também de trazer a justiça e a verdade para o debate.

Nesse sentido, a forma como as sociedades latino-americanas pós-ditatoriais têm lidado com a questão não é consensual, variando desde a condenação dos responsáveis pela repressão, prisão, tortura e morte dos perseguidos e presos políticos, até a total anistia de todas as partes envolvidas, como é o caso específico do Brasil. Entretanto, independente dos caminhos trilhados, a justiça transicional, assentada no tripé justiça, verdade e reparação, tem se desenvolvido, de alguma maneira, em todos os países afetados.<sup>2</sup>

No contexto brasileiro, embora ainda de forma insuficiente, o acesso à “verdade” tem seu marco no artigo 22 da lei 8159/91 que institui o princípio do acesso aos documentos, incluindo aqueles gerados no contexto da ditadura militar.

A recente Comissão da Verdade criada pela lei Lei nº 12.528 de 2011 permitiu examinar violações aos Direitos Humanos entre os anos de 1946 e 1988. O direito à reparação já havia sido fixado pela lei 9140/95 que instituía a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos

Políticos, e que prevê a responsabilização estatal por mortos e desaparecidos entre os anos de 1961 e 1979, sendo, posteriormente, alargada até 1988. Tal lei permitiu a emissão de certidão de óbito para desaparecidos políticos e o pagamento de indenização aos familiares (SOARES, 11).

Da mesma forma o direito à justiça permanece parcial, uma vez que não somente a punição dos culpados é legalmente impedida, como também a investigação e a descoberta de locais de repressão e de resistência e de pessoas desaparecidas nesses contextos no Brasil permanecem em processo de apuração.

A arqueologia da repressão e da resistência une dois campos temáticos: o dos direitos humanos e o da antropologia da ciência, contribuindo não só para os debates em torno do direito à verdade e à memória, mas também permitindo revisão dos discursos históricos e políticos construídos em consonância com discursos de períodos ditatoriais ou de regimes de exceção. Este novo campo, nomeado a partir da obra de mesmo título, publicada em 2008 e organizada pelos professores Pedro Paulo Funari, Andrés Zarankin, e José Alberioni Reis<sup>3</sup> congrega hoje pesquisas em torno desses dois eixos temáticos principais. Em primeiro lugar, abarca as pesquisas realizadas em contextos diretamente relacionados a ações de repressão e de resistência, como centros clandestinos de tortura, valas comuns ou locais onde se desenvolveram aparelhos e ações de resistência aos regimes ditatoriais. Em segundo lugar, congrega as pesquisas relacionadas à produção arqueológica que corrobora com os preceitos de períodos ditatoriais, apresentando seus temas e os pesquisadores valorizados e rechaçados, assim como as implicações dessas políticas científicas para a construção da cada história nacional.

Dos dois temas propostos é, sem dúvidas, o primeiro, o que mais comoção provoca na opinião pública, pois traz à tona contextos e

métodos de aprisionamento e tortura bem como de morte e de desaparecimento dos acusados de opositores aos regimes ditatoriais.

Entretanto, o estudo da produção científica vinculada a contextos repressivos apresenta também grande poder analítico e contestatório, propiciando à sociedade instrumentos para a discussão do seu passado e da sua história e permitindo novas abordagens a determinadas temáticas.

### **A arqueologia do presente em contextos de terror e de violência: uma breve análise da temática**

Os estudos arqueológicos recentes sobre contextos de repressão e de resistência devem ser entendidos em sua relação com as pesquisas em Antropologia Forense, em especial ao trabalho desenvolvido pelo *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF), surgido em 1984 com o objetivo de investigar casos de pessoas desaparecidas na Argentina durante a sua última ditadura militar (1976-1983). A EAAF deve seu nascimento ao afamado antropólogo estadunidense Clyde Snow (1928-2014), que a pedido da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) e das *Abuelas de Plaza de Mayo* fundou a equipe na Argentina dando início aos trabalhos de identificação de desaparecidos;<sup>4</sup> SALERNO,<sup>5</sup> ZARANKIN, PEROSIN.<sup>6</sup>

A EAAF torna-se, a partir de então, uma referência mundial sobre o tema e influencia a fundação de outras equipes de antropologia forense na América Latina, como no Chile (1989), Guatemala (1991) e Peru (2001), e também a fundação da *Asociación Latinoamericana de Antropología Forense*, fundada, por sua vez, em 2003.

É a partir dos diversos trabalhos desenvolvidos com apoio da EAAF que o tema das investigações em contextos de repressão e de resistência ganha importância científica e social, possibilitando a ampliação dos objetos de pesquisa e uma atenção cada vez maior ao

contexto e aos vestígios materiais relacionados aos sítios estudados. Exemplos desses estudos são os abordados na já citada obra *Arqueologia da Repressão e da Resistência*, como a análise dos grafites no quartel de San Carlos, Venezuela, abordada por Rodrigo Navarrete e Ana María Lopez<sup>7</sup> e as discussões sobre a arquitetura dos centros clandestinos de detenção na Argentina, por Andrés Zarankin e Cláudio Niro, este último um desaparecido político que testemunha sua experiência pessoal em um desses centros (ZARANKIN; NIRO, 2008:183-210).

No Brasil, as primeiras iniciativas no sentido de investigar contextos de repressão relacionados a desaparecidos políticos parte do interesse dos próprios familiares das vítimas e se inicia ainda durante a ditadura militar. Logo depois da anistia, em 1979, a *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia*<sup>8</sup>, entrega ao presidente da *Comissão Mista Sobre a Anistia*, um primeiro dossiê com nomes e histórias de mortos e desaparecidos políticos. Em 1981 os familiares dos guerrilheiros desaparecidos do Araguaia fazem uma ação coletiva exigindo do Estado Brasileiro esclarecimento sobre as suas mortes. Em 1991, por conta própria, parentes desses desaparecidos financiaram escavações no Cemitério de Xambioá (TO) o que resultou no encontro e posterior identificação dos ossos de Maria Lúcia Petit da Silva em 1991 e o de Bergson Gurjão Farias, em 1996. Ainda em 1990 é aberta a vala de Perus, no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo, revelando a existência de dezenas de indivíduos, muitos deles desaparecidos políticos e dando início a um processo de investigação recentemente reaberto. Em 1991 outra vala comum é aberta, agora no estado do Rio de Janeiro, revelando outras dezenas de indivíduos, entre eles, possivelmente, mais desaparecidos políticos (COMISSÃO, 2012; COMISSÃO, 1995, BRASIL, 2010).

Em todas essas ações, em momentos diferentes do processo de investigação, a Equipe Argentina de Antropologia Forense esteve

presente, auxiliando nas exumações ou nas análises posteriores aos indivíduos encontrados. No caso da vala comum no cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, a pesquisa contou com a arqueóloga da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Nanci Vieira Oliveira.<sup>9</sup>

Além disso, as recentes pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho Araguaia, surgido em 2011 por iniciativa do Ministério da Defesa e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no sentido de retomar a busca por desaparecidos políticos na região, bem como a também recente retomada dos estudos das ossadas retiradas da vala clandestina de Perus, têm como ponto em comum a presença de arqueólogos em seus quadros científicos.<sup>10</sup>

Muitos pontos em comum têm os exemplos citados, além de outras iniciativas que têm se desenvolvido, ao longo das últimas décadas, no sentido de esclarecer as mortes e o desaparecimento de vítimas da ditadura militar no Brasil. Em primeiro lugar, são processos de investigação lentos e com poucos resultados, padecendo não somente de falta de financiamento, mas de morosidade nas decisões políticas e de dificuldades no processo investigativo. Uma clara razão para essa dificuldade está na contemporaneidade dos fatos investigados levando a que envolvidos diretos ou indiretos nos fatos ocorridos estejam em conflito com vítimas ou familiares, levando a que, muitas vezes, fatos sejam ocultados e ações sejam impedidas ou dificultadas.

O fato de todos os casos aqui citados fazerem parte do mesmo contexto histórico, a recente ditadura militar brasileira, implica em ainda mais uma condicionante. Colocam em segundo plano outros períodos repressivos mais distantes, como é o caso da ditadura Vargas (1937-1945), ou mais recentes, como a repressão ocorrida em contextos democráticos, que recebem tratamento desigual nas investigações das violações aos direitos humanos nessas sociedades. Muito embora os depoimentos da *Comissão da Verdade* no Brasil tenham contado com a

exemplar participação de Boris Tabacof, preso e torturado, em 1952, durante o governo democrático de Vargas (1951-1954), e que a abrangência dos trabalhos da Comissão alcance os crimes ocorridos a partir de 1946, o foco das pesquisas e do engajamento social e político despertado em torno da questão centra-se, sem dúvida, no último período ditatorial do país.

O mesmo se pode dizer das demais pesquisas e lutas pelo direito à justiça e à verdade na América Latina. O foco das medidas de busca por mortos e desaparecidos políticos e dos mecanismos e responsáveis pelos aparelhos repressivos de Estado nesses países também recai sobre as ditaduras recentes, que têm como ponto em comum a sua relação com as políticas internacionais desenvolvidas no contexto da Operação Condor e a repressão aos movimentos de oposição às ditaduras no Cone Sul entre os anos 70 e 80 do século XX.<sup>11</sup>

Muito embora a pertinência desse posicionamento seja condizente com as urgências sociais e políticas que as feridas recentes nessas sociedades levantam, não se deve limitar a amplitude de análise do campo da *Arqueologia da Repressão e da Resistência* às ditaduras recentes latino-americanas. A investigação de contextos relacionados a tais temáticas podem abranger não somente outros períodos ditatoriais ou Estados de Exceção, como certos contextos de conflito armado intra ou trans-fronteiriços, e também as violações aos direitos humanos ocorridas em regimes democráticos. Além disso, poderá abarcar outros espaços, como contextos europeus, africanos e asiáticos ou mesmo períodos mais recuados da história, como o período clássico, por exemplo.

O desenvolvimento e a consolidação do campo tenderão a coincidir não somente com a ampliação dos seus objetos de estudo, mas também com o reconhecimento da necessidade de se manter especialistas e de se realizar pesquisas de cunho arqueológico nos ambientes de investigação que se enquadrem em contextos de repressão e resistência. Um exemplo

do aprofundamento desse debate deu-se em setembro de 2014 com 114ª audiência pública da *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*<sup>12</sup>, na qual se discutiu a necessidade de realização de pesquisas arqueológicas no edifício tombado do DOI-Codi do Estado. Embora a discussão esteja ainda em seu período inicial, pode-se afirmar que ela é parte de um processo de conscientização da necessidade e das potencialidades que a disciplina pode trazer na elucidação de pertinentes questões que circunscrevem os contextos repressivos estudados.<sup>13</sup>

Tais potencialidades relacionam-se com o próprio objeto de estudo das pesquisas arqueológicas: a história humana através da sua cultura material. Em contextos nos quais os documentos oficiais pouco dizem, inexistem ou narram inverdades, como é o caso dos eventos repressivos desencadeados por regimes ditatoriais, a investigação dos vestígios materiais dos sítios relacionados a tais ações representa não só a oportunidade de narrar uma história mais precisa sobre os fatos, mas em grande medida, representa a única forma de se recuperar uma parte importante da história de pessoas, grupos e locais que continuam à margem da sociedade, ignorados e à espera de serem reconhecidos como parte da história oficial do país.

### **A Arqueologia como instrumento de construção de discursos nacionalistas em contextos repressivos: os usos políticos da disciplina**

Em consonância com o segundo eixo de estudos do campo da *Arqueologia da Repressão e da Resistência*, a análise da produção científica e da utilização da Arqueologia por regimes autoritários já alcança grandes avanços e têm em nomes como Margarita Diaz-Andreu e o já citado Pedro Paulo Funari, alguns de seus ilustres representantes.

A frase não ficaria melhor assim? Em contraposição á perspectiva analisada até aqui, um segundo eixo de estudos se põem no



campo da *Arqueologia da Repressão e da Resistência*. Trata-se da produção e da utilização da Arqueologia por regimes autoritários. A análise dessa vertente e da produção “científica” que a respalda tem sido objeto de estudos por autores que são referências na área, como o já citado Pedro Paulo Funari e pela arqueóloga espanhola Margarita Diaz-Andreu.

A obra organizada por Diaz-Andreu e Timothy Champion, *Nationalism and Archaeology in Europe* (1996), expressa de forma categórica a importância que a Arqueologia alcança na consolidação dos Estados Nacionais e dos regimes de inspiração fascista na Europa durante as primeiras décadas do século XX.

No caso da Alemanha, destacam a ênfase dada aos estudos da pré-história de forma a coaduná-los aos discursos em prol da unificação germânica. Nesse sentido, a investigação das remotas origens da raça caucasiana ganha grande importância, bem como a fundação de uma série de sociedades científicas devotadas à Antropologia pré-histórica.<sup>14</sup>

Um dos precursores desses ideais foi Gustaf Kossinna (1858-1931). Divulgador dos ideais nacionalistas germanófilos, Kossinna será mais um defensor dos estudos pré-históricos em detrimento da investigação dos vestígios romanos do território. O Terceiro Reich (1933-1945) reforçará essa política nacionalista alemã e a importância da arqueologia pré-histórica nesse contexto. O uso de supostos símbolos germânicos antigos como a suástica ou as runas que simbolizavam a SS são alguns entre os muitos exemplos do fortalecimento de tais idéias durante o governo Nazi (WIWJORRA, 1996: 173-179).

Algo semelhante acontecerá à Itália onde o forte apelo nacionalista virá a enfatizar o passado romano da Nação e terá papel preponderante, sobretudo durante a decorrência do regime fascista.

Esse regime trará uma mudança no foco nacionalista da arqueologia, até então presa à teoria pigoriniana de valorização da pré-história nortenha como antecessora das Culturas de Villanova e da

civilização Latina.<sup>15</sup> Tal teoria, que se prende à preponderância das elites locais, passa a ser substituída pela glorificação do passado romano da Nação. Muitas iniciativas são tomadas nesse sentido, como uma grande mostra sobre a Roma Antiga, a recuperação de dois navios do Lago Nemi e os trabalhos realizados, entre 1928 e 1939, na área do Fórum Romano e do Coliseu. Através dessa última intervenção, Mussolini procurou manifestar a grandiosidade do fascismo no interior do passado romano da cidade, com a construção da “Via dell’Impero, que dividiu o Fórum em duas partes e a destruição de uma série de construções adjacentes aos monumentos que deveriam ser destacados.

No Brasil será, sobretudo, a arqueologia indígena que mais sentirá o peso dos discursos nacionalistas ao longo do século XX. Tais discursos nascem, entretanto, no século XIX, ou ainda antes, com a construção da ideia da degeneração indígena, segundo a qual os nativos brasileiros seriam remanescentes de nobres civilizações que, entretanto, tiveram sua cultura degenerada em virtude do ambiente inóspito. Essa teoria teria subsistido subjacente aos discursos antropológicos e arqueológicos no Brasil até o final da ditadura militar.<sup>16</sup> Nesse sentido, os chamados grupos subalternos (índigenas, negros, mestiços) acabaram por sofrer, ao longo dos séculos, desde o período imperial brasileiro, de uma insistente invisibilidade e desvalorização, culminando no desenvolvimento do *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas* (PRONAPA) e o mesmo programa para a Bacia Amazônica (PRONAPABA), já durante o período ditatorial militar brasileiro. Diretamente relacionados à fundação norte-americana Smithsonian desenvolveram um plano de investigações arqueológicas, marcado pelo determinismo ambiental e pelo difusionismo, não somente reforçando o tema da degeneração indígena, como justificando os intuítos expansionistas econômicos na região.<sup>17</sup> O mesmo se pode dizer dos discursos produzidos acerca dos índigenas como vítimas de seu próprio

ambiente, durante a ditadura de Vargas, quando um renascimento da ideia de bandeirantismo leva ao incentivo da ocupação e exploração econômica das regiões centrais e amazônicas do país<sup>18</sup>.

Ainda no mesmo contexto, destaca-se a importância fundamental de Paulo Duarte no desenvolvimento da arqueologia de inspiração humanista, logo após o final da ditadura de Vargas no país, e como o seu posicionamento combativo contra os dois regimes ditatoriais brasileiros do século XX, levou a consequências sérias, tanto na sua vida pessoal, quanto profissional. Paulo Duarte foi por, duas vezes, exilado durante o período Vargas e depois aposentado compulsoriamente durante o regime militar instaurado em 1964. Em função disso, a arqueologia que procurou implantar no Brasil, inspirada nos trabalhos que realizou no *Musée de l'Homme*, de Paris, sob orientação de Paul Rivet, durante seu segundo exílio, acabou por ser suprimida da Universidade de São Paulo depois da sua aposentadoria compulsória, em 1969, deixando uma instituição que ajudou a fundar.<sup>19</sup>

Dessa forma, é possível perceber que a produção científica não pode ser compreendida somente sob o ponto de vista das discussões internas da disciplina, como nos faz crer a perspectiva internalista da história das ciências.<sup>20</sup> Ao contrário, de um ponto de vista externalista é fruto de diálogos mútuos entre discursos científicos e políticos, tendo a ciência e, neste caso específico, a Arqueologia, não somente o poder de influenciar na construção das histórias e das identidades nacionais, mas é por elas também influenciada, sujeitando-se, muitas vezes, a interesses de Estado específicos.

Do ponto de vista da Antropologia da Ciência latouriana, a Arqueologia, como todos os demais campos científicos é feita a partir de um processo coletivo que reúne um universo de incertezas, contradições, concorrências, concordâncias, alianças, enfim, de contextos os mais variados, desde políticas estatais até relacionamentos interpessoais

localizados. Não é possível, dessa forma, isolar cada um desses elementos, mas será justamente na análise de todos os seus aspectos que a construção de uma determinada ciência deverá ser compreendida.<sup>21</sup>

Por outro lado, a própria compreensão dos discursos subjacentes à construção das identidades nacionais depende da forma como os discursos científicos, sobretudo no campo das ciências sociais e humanas, são construídos, valorizados e divulgados. Mesmo em regimes tão repressivos como os ditatoriais não se pode negar certo apoio, ou pelo menos resignação da comunidade científica em relação aos interesses de Estado, da mesma forma que a oposição declarada ou subentendida de certos indivíduos ou grupos de cientistas a esses regimes, pode desencadear muitas vezes, como foi o caso de Paulo Duarte, dura repressão governamental e, em consequência, a paralisação de determinados campos científicos.

### **Arqueologia em regimes ditatoriais: alguns apontamentos sobre o Estado Novo em contexto lusófono**

Da mesma forma que o estudo dos contextos diretamente relacionados a ações de repressão e de resistência não deve se restringir aos últimos períodos ditatoriais latino-americanos, a análise da ciência em contextos repressivos deve poder abarcar outros períodos e outros espaços.

No caso específico da Arqueologia durante o período ditatorial varguista é possível traçar um paralelo entre as utilizações políticas da ciência nesse regime e o que se desenrola no contexto do regime estado novista português (1933-1974). Ao contrário daquilo que se pode perceber na Alemanha nazista ou na Itália fascista, onde a Arqueologia é usada de forma intensa e explícita na constituição dos discursos nacionalistas desses regimes totalitários, no caso do Estado Novo em contexto lusófono, -ambos caracterizados como regimes de inspiração

fascista-, a arqueologia tem papel secundário, porém não oposto ao Regime.

Os discursos ditatoriais das duas nações -Brasil e Portugal- tendem a procurar no passado períodos e contextos que devem menos aos estudos arqueológicos, como é o caso da valorização do barroco no Brasil ou do período das Grandes Navegações, em Portugal, com seu correspondente arquitetônico no Manuelino.

Assim é que a Arqueologia, com destaque para a temática indígena e seus representantes, mantém diálogos com os governos ditatoriais, seja através de relações pessoais com importantes figuras de Estado, seja através dos discursos científicos e das intervenções que realizam.

O grande representante e propagandista português das pesquisas sobre contextos indígenas nas colônias ultramarinas portuguesas é António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960). Este importante personagem do cenário antropológico e arqueológico português também ocupará lugares de destaque em importantes órgãos relacionados à pesquisa, e, em especial, dos domínios ultramarinos portugueses. Entre eles importa destacar o cargo de diretor da Escola Superior Colonial (1946) e de presidente da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (1946),<sup>22</sup> da Sociedade de Geografia de Lisboa (1951) e do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1946). No âmbito da política, veio a exercer, especialmente, os cargos de presidente da Câmara Municipal do Porto, entre 1936 e 1942 e de Deputado à Assembleia Nacional, entre os anos de 1945 a 1956.<sup>23</sup> Note-se que os cargos exercidos por Correia coincidem com o período ditatorial vigente, tanto no caso dos políticos, quanto dos científicos.

Mendes Correia também escreveu e publicou várias obras em apologia às pesquisas no ultramar, nas quais deixa claro que compreende a importância política desses estudos para a manutenção das colônias e

para o desenvolvimento de um processo civilizatório dos indígenas. Para ele, o transformarem-se em Europeu dependia, em grande medida, do conhecimento que os portugueses necessitavam desenvolver sobre os nativos para melhor direcioná-los segundo os interesses coloniais do Estado.

Nessa medida, Mendes Correia compreendia que as pesquisas científicas e a educação tinham importância crucial nos interesses colonialistas de Portugal frente a outros países europeus:

As nossas Universidades e escolas vivem geralmente num mundo abstracto em que parecem ignoradas as colônias, a não ser por vezes ao comentarem-se literariamente algumas estrofes dos Lusíadas ou quando se entra em conta com alguns pobres mapas, suspensos das paredes e mais visitados pelas moscas indiscretas do que pelos olhares verdadeiramente interessados da mocidade dum país dotado duma consciência imperial.<sup>24</sup>

Correia faz apologia a uma intervenção real nas colônias e não somente a um evocativo abstrato das proezas do país nas Grandes Navegações. Era preciso que a juventude mantivesse seus olhos no Ultramar para que o país não perdesse a sua condição de Império. Em outras palavras, era preciso desejar as colônias, para não as perder. Tal postura passava pelo conhecimento efetivo daqueles territórios, para o qual as pesquisas científicas prestariam especial papel, incluindo a própria arqueologia:

Entre as disciplinas que nos últimos anos têm sido estudadas com uma certa intensidade entre nós, no domínio das pesquisas respeitantes às colônias portuguesas, figuram a Antropologia física, a Pré-história e a Etnografia, havendo já alguns trabalhos publicados em tais matérias (...). Enfim o estudo científico da população das nossas colônias sob os mais variados aspectos não é menos importante e imprescindível do que o das maiores riquezas do subsolo ou do revestimento vegetal daqueles territórios. Pelo contrário, é mais urgente e mais imperioso do que qualquer outro, pois, se apresenta incontestável interesse económico e nacional, a par do seu interesse científico, não possui menor valor nos pontos de vista político e humanitário.<sup>25</sup>

A Arqueologia, representada aqui pela Pré-história, ao lado da Antropologia e da Etnografia, é colocada em equiparação com os recursos naturais a serem explorados nas colônias. Suas vantagens, para além das puramente econômicas, enumeradas em primeiro lugar, abrangem também aspectos científicos e humanitários. As vantagens econômicas estão, naturalmente, relacionadas com a exploração da mão-de-obra dos nativos, enquanto os aspectos científicos abrangem a própria exploração de temas relacionados com a pré-história africana e, conseqüentemente, com a origem da humanidade. Tais temas apresentam importância notória em âmbito internacional, propiciando a Portugal boa representatividade em congressos acadêmicos de grande visibilidade, e a participação em associações científicas consagradas. Essa participação, além de corresponder a interesses particulares dos próprios cientistas, em termos de prestígio pessoal no meio científico, também representa para o país a possibilidade de se reafirmar em âmbito internacional como uma nação imperialista que ocupa e conhece efetivamente os seus territórios, procurando assegurar ali, assim, a sua permanência.

No caso dos aspectos humanitários, esses devem ser entendidos como o projeto civilizatório dos indígenas, considerado como um benefício cristão e uma missão espiritual que os portugueses haviam cumprido, desde o início das conquistas marítimas, nos territórios dominados. Dentro do espírito do que viria a se constituir o lusotropicalismo, a tese de que Portugal não possuía possessões, mas que o Ultramar pertencia, assim como sua porção continental, a um mesmo país, no qual o espírito português estava sendo, pouco a pouco alcançado, se torna, cada vez mais presentes nos discursos oficiais e encontra eco na posição apresentada por Mendes Correia.

Como aporte legal para o desenvolvimento progressivo desse discurso, está o Ato Colonial de 1930. Através dele, cria-se uma espécie

de hierarquia civilizacional com diferentes status entre metropolitanos e indígenas e entre nativos em diferentes estágios de assimilação. Tal assimilação é vista, por sua vez, como responsabilidade quase messiânica do Estado português procurando incorporar os indígenas no corpo da Nação como perfeitos cidadãos. Em teoria o projeto visava a compreensão dos usos e costumes dos nativos e o respeito às suas formas tradicionais de organização social e de autoridade, mas o objetivo final era o de ampliar o corpo espiritual e político da Nação para os limites das fronteiras Ultramarinas do País, através da assimilação cultural.

Nesse sentido, o desenvolvimento de investigações científicas em contexto ultramarino, vai ao encontro do conceito emergido na Europa Imperialista, de “ocupação científica” das colônias. Essa nova forma de colonialismo serviu para auxiliar na dominação dos territórios e de seus nativos e também pressupôs a necessidade de se guiar o processo de colonização através de princípios científicos genuínos. Dessa forma, o conhecimento das colônias, sua dominação e exploração, passam a fazer parte de um mesmo processo, na concepção dos intelectuais coloniais.<sup>26</sup>

Percebe-se, assim, claramente, que a ciência desenvolvida no Ultramar Português, tendo como objeto os nativos dos territórios colonizados apresenta clara conotação política, da mesma forma que o seu incentivo e os seus defensores ocuparão posições privilegiadas nas esferas de poder da ditadura vigente.

Da mesma forma que em Portugal, no Brasil Estado novista, pesquisadores que se dedicam a temas indígenas manterão ligações com o Governo ditatorial. Em três das principais instituições de pesquisa do país, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paraense Emílio Goeldi e no recém-criado Museu Histórico Nacional, também no Rio de Janeiro, destacam-se, respectivamente, Heloísa Alberto Torres, Carlos Estevão e Angyone Costa, pesquisadores que desenvolveram



investigações de cunho arqueológico acerca de temas indígenas e que também mantiveram diálogos com o regime.

No caso de Heloísa Alberto Torres (1895-1977), será sua ascendência direta que determinará, logo de imediato, suas boas relações com o governo. Filha do renomado advogado, jornalista e político brasileiro Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917), de quem herdaria o próprio nome, Heloísa esteve no apreço do presidente Vargas que tinha nos escritos de Alberto Torres grande inspiração para os discursos nacionalistas que colmataram o Regime Estadonovista. Heloísa, que já tinha enredado o seu próprio percurso no Museu, desde o tempo de seu antigo diretor Edgard Roquette-Pinto, assume o cargo de diretora do museu logo após o início do regime ditatorial de Vargas. Ela não somente terá bom trânsito no Governo, mas defenderá, ela própria, uma postura nacionalista para o Museu.<sup>27</sup>

É nesse sentido que se deve entender a publicação do seu artigo “Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil”,<sup>28</sup> na primeira edição da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Este órgão que será o precursor do atual Instituto de mesmo nome é fundado em 1937, assim como a mencionada Revista. Por detrás dos interesses políticos e sociais que estão na raiz da fundação daquele órgão, a vontade de valorizar o que seria a cultura nacional, com ênfase no Barroco Mineiro, vem também a ser o tema inspirador de muitos dos artigos publicados na Revista.

Heloísa Alberto Torres, entretanto, faz uma defesa veemente dos sítios arqueológicos, materiais museológicos e da própria preservação dos povos indígenas do Brasil, com ênfase na defesa “do nosso patrimônio artístico e científico no domínio da antropologia”.<sup>29</sup> Apesar de ser a favor da preservação da cultura nativa e a demarcação de terras indígenas que possibilitassem o isolamento dessas comunidades dos males da civilização, Heloísa Torres defende também o papel do Estado

e do Exército da intermediação dessas questões e a importância do conhecimento científico sobre esses povos. No caso específico das pesquisas científicas, suas justificativas muito se assemelham às da defesa da ocupação científica das colônias, no que se refere à importância crucial dessas investigações:

As grandes nações modernas já sentiram que, para resolver certos problemas econômicos coloniais, não se pode abstrair, sem risco de erro, dos ensinamentos que as ciências aplicadas vêm fornecendo. O que a antropologia tem podido apurar, especialmente com referência à psicologia do primitivo, constitui matéria de que não se pode fazer taboa rasa no planejamento dos meios de proteção a indígenas.<sup>30</sup>

Muito embora Heloísa Torres se manifeste contrária ao contato entre ocidentais e indígenas, vendo no isolamento dessas comunidades a chave para a sua preservação, ela reconhece que o conhecimento desses povos tem não somente interesses científicos, mas também estratégicos que, neste caso, contribuiriam para o sucesso da implementação das políticas de demarcação de terras indígenas que assegurasse aos nativos os meios ideais de sobrevivência por conta própria.

Por outro lado, a ação do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI), nas suas ações de proteção aos nativos, atuaria em favor dos propósitos dos cientistas e do próprio SPHAN no sentido da “proteção aos produtos de arte de populações atuais indígenas ou neo-brasileiras” (p.24), das quais dependeria a preservação dos próprios indígenas:

O simples fato de nos encontrarmos em face de gente que não consegue exprimir, ou sugerir sequer, o modo por que desejara ser amparada, que nem sempre é capaz de discernir o que convém lhe seja aplicado, deixa ao nosso inteiro arbítrio a decisão sobre o modo de proceder (...). Parece ociosos repetir aqui que a existência de serviços públicos da natureza daqueles a que vimos aludindo decorre do reconhecimento por parte dos civilizados de que os indígenas devem ser conservados, pela constatação de direito à terra que habitavam, pelo interesse que fornecem, para a melhor compreensão do espírito humano, que eles representam em condições mais primitivas; pela reparação que lhes é devida ao cabo de alguns séculos de perseguição.<sup>31</sup>

Percebe-se aqui, uma defesa clara dos órgãos públicos na preservação dos povos indígenas, justificados pela sua incapacidade de decisão sobre si próprios, de medidas reparatórias e de direito à terra e também de interesses científicos, relacionados às origens da própria humanidade e espelhadas na primitividade do nativo. Dessa forma, os interesses sociais e políticos que estão na base das ações de proteção ao indígena, nutrem-se também de interesses científicos e da ação direta de seus pesquisadores, demonstrando a permanência de diálogos entre esse campo e as políticas de estado do período.

No caso de Carlos Estevão de Oliveira (1880-1946), sua nomeação a diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1930, deve-se à ação do interventor do estado, o Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Estevão parece, além disso, ter mantido uma relação estreita com Getúlio Vargas, tendo, inclusive, o chefe de estado visitado o Museu Goeldi, durante a sua gestão, em cerimônia especial, noticiada nos jornais da época. Goeldi também publicou na Revista do IPHAN de 1939, um artigo intitulado “A cerâmica de Santarém”, a partir do qual tece um discurso científico, também com conotações políticas:

O que fica exposto, conforme presumimos, é suficiente para demonstrar a importância da cerâmica Santarém, e, portanto, para colocá-la sob a guarda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Nessas condições e de acordo com a nossa maneira de pensar, o que aquela Instituição teria a fazer de início era transformar o que resta da aldeia “Tapajó” num “monumento cultural” (...). Ali, portanto, o que o “Serviço do Patrimônio” poderá fazer é realizar escavações nas ruas que não estão ainda calçadas e em quintais de certas casas do lado ocidental da Cidade, onde foi a aldeia, para que seja coletado o mais que for possível da preciosa cerâmica. No entanto, essa coleta não é tudo que precisa ser feito a seu respeito, porquanto ela está a exigir, não somente pesquisas no sentido de comprovarem-se ou não ligações suas com outras culturas, mas, também, o encontro de um “achadoro” que possa ser transformado em “monumento”.<sup>32</sup>

O texto citado, apesar de longo, tem especial interesse na discussão da questão, porque se constitui como um programa de intervenção arqueológica e patrimonial. Por um lado, a necessidade de patrimonialização do sítio é defendida a partir do seu interesse para o órgão de preservação. O refinamento artístico e cultural da cerâmica Santarem estaria na raiz da necessidade da sua defesa e conservação como patrimônio nacional. Nesse sentido, intervenções diretas sobre a cidade de Santarém, incluindo escavações em estradas e terras particulares são requeridas. O autor justifica tais intervenções por razões científicas, para que melhor se pudesse conhecer essa fina cerâmica, seus fabricantes e redes de difusão, mas também para que ali se pudesse constituir uma espécie de monumento, a partir da descoberta de um contexto de grande significância. A ideia de monumento, possivelmente relacionada à musealização de um sítio a ser encontrado a partir do trabalho do SPHAN na região, reforça no discurso do autor a consciência de que o futuro das pesquisas sobre o tema na região estaria relacionado à descoberta de interesses oficiais para os sítios, que neste caso se coadunariam com a construção de discursos patrimoniais. Mais uma vez, as pesquisas de temas indígenas dialogam com o regime vigente, no sentido de defender seus próprios interesses e de se colocar em posição de importância em relação aos interesses governamentais.

O último dos personagens citados, Angyone Costa (1888-1954), é um grande autor de manuais de arqueologia do período. Professor de Arqueologia Brasileira do Museu Histórico Nacional, -este último, obra de Gustavo Barroso-, Angyone Costa terá no renomado advogado, político e romancista também seu benfeitor. Barroso, que além de ter sido um dos líderes da Ação Integralista Brasileira, tendo apoiado, até o fechamento da AIB, o golpe ditatorial de 1937, foi também o fundador do Museu Histórico. Barroso também esteve à frente das primeiras restaurações a Ouro Preto, realizadas através da Inspeção de

Monumentos Nacionais que funcionou até 1937, ligada ao Museu. Era, portanto, um intelectual que esteve, pelo menos até o seu envolvimento no levante integralista de maio de 1938, e posterior prisão, ligado ao Regime. Enquanto esteve ligado ao Estado Novo publicará na revista *Cultura Política*, considerada instrumento de propaganda do Regime, em Maio de 1943, artigo intitulado “Observações sobre a Contribuição do Índio na Nossa Formação”.<sup>33</sup> O provocativo título, embora aluda de forma positiva ao papel das comunidades nativas na constituição do povo brasileiro, acaba por conceder ao indígena um papel secundário nesse mérito. Entretanto, novamente, a importância política do conhecimento do indígena se faz presente no discurso proferido por Angyone Costa:

Neste momento em que se procura imprimir uma orientação nacionalista ao sentido da nossa vida objetiva, a questão do índio é precípua. Nós dificilmente chegaremos a ser um grande país, realmente com espírito e formação nacional, se não nos orientarmos, social e politicamente, dentro de novos moldes, numa firme diretriz americana, com o sentido de amor à terra, de compreensão e de valorização do índio, seu legítimo dono.<sup>34</sup>

Aqui, como no texto de Heloisa Torres, está presente o reconhecimento da ancestralidade das culturas indígenas e do seu direito à terra, muito embora, diferente da diretora do Museu Nacional, Angyone Costa elogie a absorção do indígena no corpo da Nação e valorize somente elementos etéreos e secundários da sua contribuição para a cultura nacional. Entretanto, o ponto de destaque do texto de Angyone Costa recai, uma vez mais, sobre a defesa do conhecimento dos indígenas para o bom desenvolvimento da nação, com o adicional elogio, logo no início da sentença, do sentido nacionalista do Regime Vargasista. Percebe-se, novamente, que o cientista tem plena consciência do sentido político das investigações propostas e que delimitam seu espaço de poder no interior do sistema, embora a temática que defenda possa não ser a de

maior importância para a consolidação dos discursos nacionalistas do Estado Novo.

Neste caso específico, Angyone Costa expõe o seu discurso de cientista que investiga temas nativos em uma revista a qual, a par dos discursos oficiais do Regime e como sua divulgadora, defende a expansão econômica sobre as áreas centrais e norte do país, exercendo pressão sobre territórios e sítios arqueológicos nativos. Dessa forma, Angyone Costa assume uma posição conciliatória entre a sua posição de cientista e os interesses de Estado, quando aceita publicar na Revista.

De modo geral, os exemplos aqui tratados, longe de corresponderem a toda a complexidade que a questão das condicionantes políticas das pesquisas científicas pode oferecer, lançam indícios sobre a importância da Arqueologia na compreensão de contextos relacionados à repressão e à resistência, mostrando a potencialidade do campo na construção de novos e necessários discursos sobre períodos traumáticos da nossa história recente.

Da mesma forma, propõe outras abordagens dentro do campo, alertando para a necessidade de se estudar, não somente contextos repressivos, mas também a forma como a ciência é utilizada em regimes autoritários, demonstrando a complexidade das interações entre ciência e política na construção, consolidação ou contestação dos discursos oficiais veiculados pelos governos ditatoriais e estados de exceção, em questão.

Alemanha nazista ou na Itália fascista, onde a Arqueologia é usada de forma intensa e explícita na constituição dos discursos nacionalistas desses regimes totalitários, no caso do Estado Novo em contexto lusófono, -ambos caracterizados como regimes de inspiração fascista-, a arqueologia tem papel secundário

Da mesma forma, propõe outras abordagens dentro do campo, alertando para a necessidade de se estudar, não somente contextos

repressivos, mas também a forma como a ciência é utilizada em regimes autoritários, demonstrando a complexidade das interações entre ciência e política na construção, consolidação ou contestação dos discursos oficiais veiculados pelos governos ditatoriais e estados de exceção, em questão.

## **Conclusões**

O presente texto buscou explorar as potencialidades que os estudos arqueológicos podem oferecer na investigação de governos autoritários, suas contribuições para a Justiça de Transição nas sociedades latino-americanas contemporâneas e novas abordagens para a temática. Longe de esgotar o tema, o propósito da presente discussão prende-se à divulgação desse campo de estudos, demonstrando a sua importância científica e política na revisão histórica de períodos traumáticos da história da humanidade.

Nesse sentido, a Arqueologia apresenta-se como um campo de estudos com contexto teórico, metodológico e objeto de estudos próprios, permitindo, através da análise da cultura material humana, a inclusão de um ponto-de-vista alternativo na compreensão tanto de contextos de ocorrência de ações de repressão e de resistência, quanto da ciência produzida em contextos autoritários.

Os dois campos aqui enumerados têm, ambos, grande potencial de contribuir para a consolidação das sociedades democráticas, não somente por esclarecer pontos obscuros nas histórias oficiais construídas acerca de períodos conflituosos da história humana, mas também no sentido de aprofundar as discussões acerca dos usos políticos da ciência na consolidação de determinados discursos que tendem a construir uma visão parcial e, ela própria, autoritária do passado e do presente.

Os avanços nas investigações de tais temas permitirão que novos espaços, temporalidades e temas possam ser agregados a esse campo de estudo. Além disso, também permitirão que a Arqueologia possa ser admitida não somente como um instrumento legítimo de análise, como também ampliará a sua participação efetiva em iniciativas de pesquisa que visem reabrir discussões dentro do horizonte a que o campo se dedica.

Em contraponto, a presença mais efetiva da Arqueologia em tais contextos possibilitará um aprofundamento das discussões acerca dos horizontes da própria disciplina, seus objetos de estudo e campo de atuação, enfatizando a importância e a viabilidade da investigação de temas contemporâneos, tais como os relacionados às ditaduras latino-americanas recentes, sob uma análise científica, dentro dos horizontes desse campo científico.

## Notas

---

\* Pós-doc LAP/NEPAM NICAMP. E-mail: [julianapoloni@hotmail.com](mailto:julianapoloni@hotmail.com)

<sup>1</sup> Meus agradecimentos especiais ao professor Pedro Paulo Funari pela orientação, aconselhamento e aprendizagem neste percurso de pesquisa; ao professor Andrés Zarankin, pelos diálogos e reflexões acerca do campo da *Arqueologia da Repressão e da Resistência* e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo financiamento da pesquisa ora em curso.

<sup>2</sup> SOARES, Inês Virgínia Prado. Introdução. In FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; Reis, José Alberioni (orgs). **Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na Era das Ditaduras (Década de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 10.

<sup>3</sup> FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni (orgs). **Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na Era das Ditaduras (Década de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

<sup>4</sup> BIELOUS, Silvia Dutrénit. Los Equipos de Antropología forense en América Latina: Coadyuvantes en el camino de la verdad y la justicia. Publicación de la **Red Universitaria sobre Derechos Humanos y Democratización para América Latina**. Año 2, N° 3.. Buenos Aires, Argentina, Abril de 2012.

<sup>5</sup> SALERNO, M; ZARANKIN, A; PEROSINO, M. Arqueologías de la clandestinidad. Una revisión de los trabajos efectuados en los centros de detención clandestinos de la



---

última ditadura militar em Argentina. **Revista Universitaria de Historia Militar**. v. 2, pp. 50-84, 2013.

<sup>6</sup> ZARANKIN, A. NIRO, CLAUDIO. A Materialização do Sadismo: Arqueologia da Arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da Ditadura Militar Argentina (1976-83). In FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; Reis, José Alberioni (orgs). **Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na Era das Ditaduras** (Década de 1960-1980). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

<sup>7</sup> NAVARRETE, R. S.; LÓPEZ, A. M. L. Rabiscando atrás das grades: grafite e imaginário político-simbólico no Quartel San Carlo (Caracas/Venezuela). In FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; Reis, José Alberioni (orgs). **Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na Era das Ditaduras** (Década de 1960-1980). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, pp. 53-78.

<sup>8</sup> COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, Instituto de Estudo da violência do Estado (IEVE); Grupo Tortura Nunca Mais - RJ E PE. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

<sup>9</sup> FUNARI, P.P.A.; OLIVEIRA, N.V.; TAMANINI, E. Arqueologia Pública no Brasil e as novas fronteiras. **Praxis ARCHAEOLOGICA**. 3, pp. 131-138, 2008.

<sup>10</sup> CARDOSO, I.; BERNARDES, L. (orgs). **Vala Clandestina de Perus: Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira /** [edição de texto Instituto Macuco]. São Paulo: Ed. do Autor, 2012. (Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira; v. 1). TB. SOUZA, Rafael de Abreu e; Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou A Materialidade contra a não-narrativa, 12/2014, **Revista de Arqueologia Pública**, Vol. n. 10, Campinas, SP, Brasil, pp.212-230, 2014.

<sup>11</sup> ALARCÓN, A. Antropologia, Arqueologia e usos do passado durante a Guerra Fria Regimes Autocráticos, Militares e Pseudodemocráticos, O Instituto Colombiano de Antropologia e seus modelos de Colombiano 1946-1966. **Revista de Arqueologia Pública**, n. 10, pp. 45-74, Dezembro de 2014.

<sup>12</sup> COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Métodos e técnicas de ocultação de corpos na cidade de São Paulo. Relatório - Tomo I - Parte I. Disponível em <http://verdadeaberta.org/relatorio/>. Acessado em 12/04/15.

<sup>13</sup> BAILONE, K. Estudos em prédios como o que abrigou o DOI-Codi devem reforçar preservação da "memória do horror". **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. 29/09/2014. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=359311>. Acessado em 12/04/15.

<sup>14</sup> WIWJORRA, Ingo. German Archaeology and its Relation to Nationalism and Racism. DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (Eds.). In: **Nationalismo and Archaeology in Europe**. London: UCL Press, pp.166-169, 1996.

<sup>15</sup> GUIDI, Alessandro. Nationalism. Without a Nation: The Italian Case. DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (Eds.). In: **Nationalismo and Archaeology in Europe**. London: UCL Press, 1996, pp. 111-112.

<sup>16</sup> NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira.

---

**História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez. 2007.

<sup>17</sup> FUNARI, P. P. A. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia Brasileira. São Paulo: **Horizontes Antropológicos**, 18, pp. 131-154, 2002.

<sup>18</sup> CÂMARA, M. B. **Cultura Política: A Revista do Estado Novo. Mídia e governos autoritários: 60 anos do suicídio de Getúlio Vargas e 50 anos do golpe civil-militar no Brasil** [recurso eletrônico] in FERNANDES, Carla Montuori, CHAGAS, Genira (org.) João Pessoa: Editora Idéia, 2014.

<sup>19</sup> FUNARI, P.P.A.; CARVALHO, A.V. Universidades, Arqueologia, in Paulo Duarte. R. **Museu Arqueológico e Etnográfico**. São Paulo, n. 22, pp. 89-96, 2012.

<sup>20</sup> MEDINA, Esteban. 1983. “La polémica internalismo-externalismo en la historia y la sociología de la ciencia”. **Sociología de la Ciencia y la tecnología**. REIS 28/ 83, pp. 53-75.

<sup>21</sup> LATOUR, B. **Ciência em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade Afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

<sup>22</sup> JUNTA DAS MISSÕES GEOGRÁFICAS E DE INVESTIGAÇÕES COLONIAIS (JMGIC). **Ocupação Científica do Ultramar Português: Plano Elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1945.

<sup>23</sup> CARDOSO, J.L. O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa. In: **Sessão Ordinária de 26 de Janeiro de 2000 dos Anais da Academia Portuguesa da História**, III Série, volume 2, pp. 230-235, 2011.

<sup>24</sup> CORREIA, A. A. M. Discurso Inaugural no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. **Extracto das Actas do Congresso**. Porto: Edições da 1º Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 8.

<sup>25</sup> CORREIA, A. A. M. Missões Antropológicas às Colónias. Separata do **Jornal do Médico**, VII (149): 11-12, Porto: Costa Carregal, 1945<sup>a</sup>, pp. 5-9.

<sup>26</sup> JMGIC, op. Cit., 1945. Tb. THOMAZ, Omar Ribeiro. “The Good-Hearted Portuguese People”: Anthropology and Nation, Anthropology of Empire. L’ESTOILE Benoît de, NEIBURG, Federico, SIGAUD, Lygia (Eds.). In: **Empire, Nations, and Natives: Anthropology and State-Making**. EUA: Duke University Press, 2005, pp. 65-69.

<sup>27</sup> DOMINGUES, H. M. B. Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. **Boletim Mus para Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 3, p. 625-643, set.- dez. 2010, p. 629.

<sup>28</sup> TORRES, Heloisa Alberto. “Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil”. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 1937.

<sup>29</sup> Idem, p.10.

<sup>30</sup> Idem, p.28.

<sup>31</sup> Idem, p. 25.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, C. E. A Cerâmica Santarém. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 1939, p. 31.

---

<sup>33</sup> COSTA, A. Observações sôbre a contribuição do índio na nossa formação. In **Cultura Política**, ano III, nº 27, p. 97-191, maio de 1943.

<sup>34</sup> Idem, p. 98.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. Habeas corpus: que se apresente o corpo / **Secretaria de Direitos**, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (Eds.). **Nationalismo and Archaeology in Europe**. London: UCL Press, 1996.

OLIVEIRA, N.V. Entrevista: Arqueologia Pública e Educação Patrimonial. Novas abordagens na relação Ciência e Sociedade. **Revista Mundo Antigo**. Ano I, Volume I, Junho, 2012.